

ATA DA III AUDIÊNCIA PÚBLICA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COM O TEMA: “REDE DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS COMO GARANTIDORA DE DIREITOS” REALIZADA NO DIA 28 DE JUNHO DE 2017.

1 No dia vinte e oito de junho de dois mil e dezessete, na cidade Londrina/PR, na Igreja Casa
2 de Oração para Todos os Povos, localizada à Rua Caraíbas nº 424 - Vila Casoni, Londrina –
3 Paraná, realizou-se a III Audiência Pública do Conselho Municipal de Assistência Social
4 convocada através do Edital de Convocação Nº 002/2017, que teve como objetivos: Cumprir
5 o dispositivo da Resolução nº 14/2014 do CNAS que estabelece como atribuição do
6 Conselho Municipal de Assistência Social a realização de audiência pública com as entidades
7 e organizações de assistência social inscrita, bem como as que ofertam programas, serviços
8 e benefícios de assistência social; Debater questões relacionadas à política de assistência
9 social no tocante à atenção realizada no Sistema Único de Assistência Social – SUAS; Dar
10 publicidade à oferta de serviços oferecidos pelo SUAS no município de Londrina; Apresentar
11 as entidades à comunidade e promover maior integração entre os serviços ofertados pela
12 rede socioassistencial para o fortalecimento do SUAS. A audiência teve como programação:
13 **1. Recepção e Abertura oficial; 2. 3. Apresentação da Rede de Serviços**
14 **Socioassistenciais do Município de Londrina; 4. Debate 5. Leitura de Ata e**
15 **Encerramento.** Após a recepção e credenciamento, iniciados às 13h00, às 13h53 horas
16 foram iniciados os trabalhos, com a apresentação dos objetivos desta atividades e
17 agradecimento à pastora Tércia Lamônica de Azevedo Oliveira e ao pastor Celsino Marques
18 de Azevedo, da Igreja Casa de Oração para Todos os Povos, pela cessão do espaço para a
19 realização desta Audiência. Em seguida realizou-se a **Abertura Oficial**, que contou com a
20 presença das seguintes autoridades: Valmirete Alves da Silva - presidente do Conselho
21 Municipal de Assistência Social; Nadia Oliveira de Moura – Secretária Municipal de
22 Assistência Social; Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres; e Secretária Municipal
23 do Idoso; Ailton Nantes, vice-presidente da Câmara Municipal de Londrina; Camila Tereza
24 Gutzlaff – juíza da Vara da Infância e da Juventude; Gabriela Lopes, representando a
25 Defensoria Pública do Estado; Márcio Antunes – representante da Secretaria de Estado da
26 Família e do Desenvolvimento Social; Felipe Machado – Secretário Municipal de Saúde;
27 Teresa Canhadas – representando a Secretaria Municipal de Educação; e Magali Batista de
28 Almeida - presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Foram
29 registradas as presenças de representantes de órgão municipais e estaduais, como o sr.
30 Daniel, representando a Guarda Municipal de Londrina, bem como de assessores,
31 representando os seguintes vereadores: Péricles Deliberador, Felipe Prochet, Vilson
32 Bitencourt e Mário Takahashi. Foi aberta a palavra para a fala dos componentes da mesa, os
33 quais cumprimentaram a todos e todas e manifestaram-se, enfatizando a importância deste
34 momento para melhor conhecimento da rede de serviços da assistência social, integração
35 com outras políticas e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, e para que sejam
36 pensadas alternativas para a melhoria do atendimento à população de Londrina. Em seguida,

Ata da III Audiência Pública do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

37 desfez-se a mesa de abertura, permanecendo a presidente Valmirete e a secretária Nadia
38 para darem continuidade aos trabalhos. A presidente Valmirete apresentou a dinâmica a ser
39 seguida nesta III Audiência Pública do Conselho Municipal de Assistência Social de Londrina,
40 indicando que inicialmente será realizada a apresentação da rede pela assistente social
41 Tatiana de Oliveira Stechi, destacando que os que desejarem poderão encaminhar questões,
42 por escrito, durante as falas para o posterior debate. Imediatamente após deu-se início ao
43 ponto **3.** da programação: **Apresentação da Rede de Serviços Socioassistenciais do**
44 **Município de Londrina.** A Assistente Social, Tatiana Stechi, da Gerência de Monitoramento e
45 Avaliação da Secretaria Municipal de Assistência Social, expôs o processo de construção do
46 material ora apresentado, onde se procurou atender às solicitações do Conselho quanto ao
47 conteúdo. Apresentou-se, num primeiro momento os serviços governamentais não
48 territorializados, mas com atendimentos descentralizados de média complexidade prestados
49 nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS II, CREAS III e
50 CREAS IV, equipamentos públicos estatais em que funcionam respectivamente os
51 SERVIÇOS: DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO
52 DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO DE LIBERDADE ASSISTIDA (LA) E
53 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE; SERVIÇO DE PROTEÇÃO E
54 ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS (PAEFI)– CRIANÇAS E
55 ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA; SERVIÇO DE PROTEÇÃO E
56 ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS (PAEFI)- IDOSOS COM
57 DIREITOS VIOLADOS e o CENTRO POP, unidade em que funcionam os serviços: SERVIÇO
58 ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÕES DE RUA e SERVIÇO ESPECIALIZADO
59 EM ABORDAGEM SOCIAL. Como serviço governamental, não territorializado, mas com
60 atendimentos descentralizados de alta complexidade, contamos com o SERVIÇO DE
61 ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA. Em relação aos serviços, programas e
62 projetos não governamentais não territorializados, mas com atendimentos descentralizados
63 temos: SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM
64 DEFICIÊNCIA E IDOSAS, prestado pela entidade IRMÃS PEQUENA MISSÃO com 100
65 metas; SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM
66 DEFICIÊNCIA, IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS prestado pela entidade CÁRITAS com 743
67 metas. No PROJETO DE EDUCAÇÃO SOCIOPROFISSIONAL E PROMOÇÃO DA
68 INCLUSÃO PRODUTIVA temos 2 tipos de atendimento: Qualificação socioprofissional
69 (formação e capacitação) prestado pelo CLUBE DE MÃES com 250 metas e o Fortalecimento
70 de iniciativas coletivas de geração trabalho e renda prestado pelo PROVOPAR-LONDRINA
71 com 250 ações. Quanto aos serviços territorializados, na região Centro A temos: como
72 unidade pública e estatal, o CRAS, espaço em que funciona o SERVIÇO DE PROTEÇÃO E
73 ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF) e a rede não governamental é composta pelos
74 serviços/programas/projetos: SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE
75 VÍNCULOS desenvolvido pela entidade ABAC com 100 metas, SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA
76 E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS sob a responsabilidade da entidade SOLIDARIEDADE

Ata da III Audiência Pública do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

77 SEMPRE com 60 metas, SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE
78 VÍNCULOS – Unidade CSU – PROVOPAR Londrina com 80 metas, SERVIÇO DE
79 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL – Casa do Bom Samaritano, com 50 metas de
80 acolhimento, RESIDÊNCIA INCLUSIVA – 29 metas, OPERAÇÃO NOITE FRIA (maio a
81 setembro) – 32 metas, SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL – SOS – 21 metas,
82 SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE LONGA PERMANÊNCIA PARA
83 PESSOAS IDOSAS – ILPI - LAR DOS VOVÔS E VOVOZINHAS – 62 metas, SERVIÇO DE
84 CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA IDOSOS - INAVIVA do Instituto
85 Inabrazil, não tem convênio. Como ENTIDADES INSCRITAS NO CMAS NA MODALIDADE
86 DE DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS há a ADEVILON - Associação dos Deficientes
87 Visuais de Londrina e Região e o ILECE - Instituto Londrinense de Educação para Crianças
88 Excepcionais. Na região do Centro B, como equipamento público estatal, temos o CRAS
89 Centro B que desenvolve o SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À
90 FAMÍLIA (PAIF). Como serviços não governamentais: SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E
91 FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS prestado pela Guarda Mirim com 200 metas, SERVIÇO
92 DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - VIVA VIDA CENTRO B, prestado
93 pelo PROVOPAR Londrina com 50 metas, SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E
94 FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - INFRAERO SOCIAL desenvolvido pelo PROVOPAR -
95 Londrina com 40 metas, SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS
96 - CASA DO CAMINHO com 70 metas, SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL -
97 PÃO DA VIDA –UNIDADE FEMININA com 20 metas, SERVIÇO DE ACOLHIMENTO
98 INSTITUCIONAL - CASA DO CAMINHO com 03 metas. Ainda na região há ENTIDADES
99 INSCRITAS NO CMAS NA MODALIDADE DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL
100 PROVISÓRIO - SEM CONVÊNIO como CENTRO DE APOIO ESPERANÇA, ONG VIVER
101 (159 metas), CASA DE APOIO MADRE LEONIA. Na região Leste como unidade pública
102 estatal temos o CRAS Leste que desenvolve o SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO
103 INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF) e como serviços/programas não governamentais: 5 SERVIÇOS
104 DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS desenvolvidos pelas seguintes
105 entidades: PROVOPAR – VIVA VIDA MISTER THOMAS com 50 metas, PROVOPAR – VIVA
106 VIDA INTERLAGOS com 210 metas, MEPROVI PEQUENINOS com 75 metas, EPESMEL
107 com 320 metas, FUNCART - Fundação Cultura Artística de Londrina com 25 metas, 2
108 SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL desenvolvidos pelo PÃO DA VIDA –
109 UNIDADE MASCULINA com 25 metas, LAR ANÁLIA FRANCO com 46 metas, SERVIÇO DE
110 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE LONGA PERMANÊNCIA PARA PESSOAS IDOSAS –
111 ILPI - LAR MARIA TEREZA VIEIRA com 35 metas, 2 PROGRAMAS DE APRENDIZAGEM
112 PROFISSIONAL executados: pelo NÚCLEO ESPIRITA IRMÃS SHEILLA com 151 metas e
113 EPESMEL com 590 metas. Há entidade INSCRITA NO CMAS NA MODALIDADE DE
114 DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS - APAE - Associação de Pais e Amigos dos
115 Excepcionais de Londrina, INSCRITA NO CMAS NA MODALIDADE DE ACOLHIMENTO
116 INSTITUCIONAL PROVISÓRIO – SEM CONVÊNIO - CASA DE APOIO H.U - Associação dos

Ata da III Audiência Pública do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

117 Voluntários do Hospital Universitário Regional Norte do Paraná – AVHU, INSCRITA NO CMAS
118 EXECUTADO PELO SECRETARIA MUNICIPAL DO IDOSO - SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E
119 FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA PESSOAS IDOSAS. Na região Norte A temos
120 como unidade pública e estatal o CRAS Norte A que desenvolve o SERVIÇO DE PROTEÇÃO
121 E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF). Os serviços não governamentais são:
122 SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - PROVOPAR – VIVA
123 VIDA E CFC SÃO JORGE – 250 metas, PROVOPAR – VIVA VIDA VISTA BELA com 50
124 metas, SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - PÃO DA VIDA – RESIDENCIAL DO
125 CAFÉ com 10 metas. São 3 entidades INSCRITAS NO CMAS NA MODALIDADE DEFESA E
126 GARANTIA DE DIREITOS: ASSOCIAÇÃO FLÁVIA CRISTINA, CÁRITAS ARQUIDIOCESANA
127 DE LONDRINA, ALIA - Associação Londrinense Interdisciplinar de Aids. Na região Norte B
128 temos como unidade pública estatal o CRAS Norte B que executa o SERVIÇO DE
129 PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF). Como serviços não
130 governamentais há 3 SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS:
131 ASSOCIAÇÃO MÃOS ESTENDIDAS – 170 metas, CEPAS – 180 metas, CENTRO
132 EDUCACIONAL MARISTA IR. ACÁCIO – 205 metas, que apresentou informação de
133 atendimento superior a esse número, atendendo 350 crianças e adolescentes; SERVIÇO DE
134 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - PÃO DA VIDA – CASA DE PASSAGEM CRIANÇA E
135 ADOLESCENTE – 16 metas. Na região Oeste A funciona a unidade pública estatal - CRAS
136 Oeste A que desenvolve o SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À
137 FAMÍLIA (PAIF). São 3 serviços não governamentais, dos quais 2 SERVIÇO DE
138 CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - CASA ACOLHEDORA com 75
139 metas, PROVOPAR – VIVA VIDA E CFC JOÃO TURQUINO com 100 metas, SERVIÇO DE
140 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL – NUSELON – 45 metas, que também
141 encaminhou informação ao CMAS de que está com atendimento a 31 crianças e
142 adolescentes, sem demanda reprimida. Na região Oeste B contamos com a unidade do
143 CRAS Oeste B que desenvolve o SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À
144 FAMÍLIA (PAIF). Os serviços não governamentais que estão instalados na região são: 2
145 SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - PROVOPAR – CFC
146 SANTIAGO com 50 metas e CEI IRMÃS DE BETÂNIA com 50 metas, a qual indicou que está
147 atendendo atualmente 41 crianças e adolescentes. O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO
148 INSTITUCIONAL é desenvolvido pela CASA DE MARIA com 20 metas. Há 1 SERVIÇO DE
149 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NÃO INSCRITO NO CMAS E NÃO CONVENIADO
150 desenvolvido pela TOCA DE ASSIS. Há também um SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E
151 FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA PESSOAS IDOSAS INSCRITO NO CMAS
152 EXECUTADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DO IDOSO. Temos 2 entidades INSCRITAS
153 NO CMAS NA MODALIDADE DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS - APS-DOWN –
154 Associação de Pais e Amigos de Portadores de Síndrome de Down e INSTITUTO ROBERTO
155 MIRANDA. Também se constata a existência de 2 serviços INSCRITOS NO CMAS E NÃO
156 CONVENIADOS - SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Ata da III Audiência Pública do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

157 CRIANÇAS E ADOLESCENTES e SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE
158 VÍNCULOS PARA IDOSOS, ambos mantidos pela LBV. LBV atende atualmente 150 crianças
159 e adolescentes e tem demanda reprimida de 50. Na região Sul A temos a unidade do CRAS
160 Sul A que desenvolve o SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA
161 (PAIF) e 2 SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS
162 desenvolvidos pelo PROVOPAR – VIVA VIDA E CFC UNIÃO DA VITÓRIA com 215 metas e
163 outro executado pela entidade UNIÃO PARA VITÓRIA com 100 metas. Na região Sul B
164 contamos com a unidade pública estatal, CRAS Sul B que desenvolve o SERVIÇO DE
165 PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF). Os serviços não
166 governamentais são: 2 SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE
167 VÍNCULOS – PESTALOZZI com 115 metas e demanda reprimida de 4 metas, e SOMA com
168 50 metas. Há presença do SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE LONGA
169 PERMANÊNCIA PARA PESSOAS IDOSAS – ILPI - ASILO SÃO VICENTE DE PAULO com
170 100 metas e 1 entidade INSCRITA NO CMAS NA MODALIDADE DEFESA E GARANTIA DE
171 DIREITOS, que é o COL – Centro Ocupacional de Londrina. Na região Rural contamos com a
172 unidade do CRAS Rural que executa o SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO
173 INTEGRAL À FAMÍLIA. Há 3 unidades de SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E
174 FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, GUARDA MIRIM –GUARAVERA com 50 metas,
175 GUARDA MIRIM – LERROVILE com 50 metas e EPESMEL – PAIQUERE com 75 metas e
176 um PROGRAMA DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL - EPESMEL – RURAL com 50
177 metas. Tatiana enfatizou que esta é a rede instalada no Município de Londrina e que, no
178 processo de Vigilância Socioassistencial, tem sido possível avaliar, de acordo com a
179 realidade dos territórios, qual é a necessidade de ampliação da rede para atendimento às
180 demandas população. Ao nos depararmos com essas informações e analisarmos os dados
181 dessa realidade na perspectiva da função de vigilância socioassistencial, identificamos que
182 no IRSAS atualmente temos aproximadamente 68.373 famílias cadastradas, ou seja, 41,54%
183 do número de famílias do município segundo o IBGE, totalizando 116.575 pessoas
184 cadastradas no sistema, sendo que a região com maior quantidade de famílias cadastradas é
185 a Norte A, seguida das regiões Norte B e Leste. Em relação a dados de crianças e
186 adolescentes inseridos no IRSAS podemos apontar uma quantidade aproximada de 37.986. A
187 maior concentração de crianças e adolescentes também está nas regiões Norte A, Norte B e
188 Leste. Vale ressaltar que, embora essas regiões se destaquem em relação aos dados acima,
189 as demais regiões também apresentam fortemente demandas relacionadas a esses públicos,
190 devendo-se atentar para as especificidades da zona rural e mais isoladas do Município. Ao
191 olharmos para os respectivos gráficos percebemos que em relação à quantidade de idosos
192 morando sozinhos, de acordo com dados do IRSAS, temos aproximadamente 6.186 sendo
193 que a maior concentração se encontra na região Norte B, seguida das regiões Norte A e
194 Oeste B. No que se refere às pessoas com deficiência morando sozinhas pode-se apontar
195 que existem aproximadamente 1.772, destacando-se as regiões Norte A, Norte B e Centro A.
196 Nas oficinas territorializadas realizadas em todos os territórios de abrangência da política de

Ata da III Audiência Pública do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

197 assistência social, com participação da rede socioassistencial e de usuários, foi possível a
198 construção de uma matriz de percepção sobre o território para cada região, o que contribuiu
199 para identificar as principais questões afetas à política de assistência social no conjunto das
200 regiões do município, subsidiando a construção das ações e iniciativas para este Plano
201 Plurianual – PPA e outras intervenções de planejamento da rede. Os territórios são, muitas
202 vezes, extensos geograficamente e concentram grandes diferenças. De modo geral as
203 principais desproteções sociais que afetam as famílias nos territórios são as seguintes:
204 violência contra a mulher; violência contra o idoso, relacionada à exploração financeira;
205 violência contra a criança e o adolescente; violência doméstica; adolescentes envolvidos com
206 o ato infracional; exploração sexual; tráfico; gravidez na adolescência; rixas entre os bairros e
207 domínio territorial de alguns grupos, dificultando acesso aos serviços; controle pelo tráfico,
208 muita violência psicológica marcada pela crueldade; mendicância; violência nos territórios;
209 alto índice de homicídios de adolescentes e jovens; trabalho infantil; alto número de pessoas
210 em situação de rua e necessidade de melhoria do atendimento a esse público; alto índice de
211 adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas; habitações precárias e muitas
212 ocupações, inclusive mocós e presença de moradores de rua. Percebe-se, de modo geral
213 nos territórios: o envelhecimento da população, com grande número de idosos morando
214 sozinhos, idosos cuidando de outros idosos e, ainda, idosos com dificuldade de acessar os
215 serviços, muitas vezes devido à dificuldade de locomoção, transporte e distância/ausência
216 dos serviços, o que nos aponta uma demanda para implantação, aprimoramento e
217 qualificação das ações que considerem as necessidades e especificidades da população
218 idosa. Isso também se configura como preocupação em relação à pessoa com deficiência,
219 considerando-se inclusive as necessidades específicas desse público e seus cuidadores. Foi
220 possível identificar, ainda, que as demandas relacionadas à necessidade de serviços,
221 programas e projetos direcionadas às crianças e adolescentes são presentes em todos os
222 territórios de Londrina. Há uma preocupação evidente com: alto índice de violação de direitos
223 contra crianças e adolescentes, adolescentes sendo apreendidos pelo tráfico, envolvidos com
224 roubo e exploração sexual associada ao tráfico, crianças e adolescentes em
225 defasagem/evasão escolar ou muitas vezes sem atividades no território. Os relatos apontam
226 tais fatos associados à insuficiência de atendimento direcionado às crianças e adolescentes.
227 Dessa forma, indicam a necessidade de ampliação de ofertas de Serviços de Convivência e
228 Fortalecimento de Vínculos – SCFV o que é reforçado pelas unidades prestadoras desse
229 serviço, que perceberam o aumento da procura por vaga, como impacto da instituição de
230 atendimento de meio período nas unidades de Educação Infantil; e, ainda, de ampliação de
231 unidades de atendimento e vagas no programa de Aprendizagem Profissional para
232 Adolescentes. O empobrecimento da população, de modo geral, também foi citado pelos
233 trabalhadores e usuários da política de assistência social. É percebido o aumento da procura
234 por atendimento nas unidades do CRAS por famílias que antes não buscavam a política de
235 assistência social e, afetadas pelo desemprego e informalidade, passaram a buscar. Dessa
236 forma, percebe-se a necessidade de reordenamento da política no que concerne às

Ata da III Audiência Pública do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

237 metodologias de trabalho com famílias, valores e quantidade dos benefícios disponíveis, bem
238 como revisão dos critérios de atendimento, potencializando o trabalho do CRAS e a atuação
239 do PAIF voltado para a prevenção e trabalho coletivo. Neste âmbito há demandas que
240 apontam a necessidade de reajuste do valor do PMTR e do cupom de alimentação,
241 necessidade de aumento dos mercados credenciados que aceitem o benefício principalmente
242 na região central. Além da necessidade de espaços para realização de atividades em grupo
243 nos diversos territórios. Outras demandas que surgiram deste processo: necessidade de
244 investimento com a finalidade de proporcionar condições para acesso das famílias atendidas
245 pela política de assistência social aos serviços, programas, projetos através da garantia do
246 vale transporte ou ao próprio transporte. Esse fato este se deve à insuficiência de
247 equipamentos públicos e serviços nos territórios, indicando a necessidade de investimento
248 em ampliação da cobertura descentralizada da política de assistência social em várias de
249 suas intervenções. Para a população adulta especificamente observa-se a necessidade de
250 maior oferta de cursos profissionalizantes descentralizados nos territórios possibilitando o
251 acesso das famílias. Outra demanda é relacionada à geração de renda, por meio do
252 investimento em pontos de comercialização e produção de Economia Solidária nos territórios
253 e de cursos de capacitação. Tatiana informou sobre um levantamento inicial sobre as listas de
254 espera nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, que aponta a necessidade
255 de mais 1345 metas de atendimento no Município, ainda carecendo de aprofundamento
256 quanto aos territórios de origem das crianças e dos adolescentes e de verificação de
257 possíveis duplicidades. Também deve ser considerado que nem todas as demandas estão
258 informadas no Sistema IRSAS. Esse estudo aponta que a região leste é a que mais se
259 destaca, seguida da região centro B. Valmirete agradeceu à técnica salientando que o
260 material e a exposição possibilitaram uma visão geral dos serviços, das metas, das
261 demandas. Seguiu abrindo o debate, já informando que houve perguntas por escrito, que já
262 chegaram à mesa. Foi iniciado o **debate** com a apresentação de uma questão para Vara da
263 Infância, no tocante à prioridade absoluta para crianças e adolescentes, tendo em vista a
264 demanda reprimida existente no município, sendo que são, somente na EPESMEL, mais de
265 500 crianças e adolescentes na lista de espera na zona urbana, e 64 no distrito de Paiquerê.
266 Dra Camila respondeu que tal situação pode ser objeto de intervenção do Ministério Público,
267 da Defensoria Pública ou de processos apresentados individualmente e que o Poder
268 Judiciário age mediante provocação, não podendo realizar intervenções dessa natureza ao
269 Poder Público “de ofício”. Continuando sua intervenção, Dra. Camila ainda trouxe a
270 preocupação com a ausência de atendimento no Residencial Vista Bela, questionando o
271 município quanto a isso. Foram apresentadas outras questões, que foram sendo abordadas
272 pela Secretária Municipal de Assistência Social Nadia e membros da equipe, tendo sido
273 convidados todos os diretores e gerentes da SMAS para comporem a mesa neste momento
274 do debate, tais como: como fortalecer a rede de serviços através da participação? Nadia
275 responde que espaços como as Audiências, Conferências, reuniões de rede; é nesses
276 espaços que temos que estar juntos buscando esse fortalecimento. Sobre a criação de

Ata da III Audiência Pública do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

277 serviços para crianças e adolescentes no Vista Bela, esclarece que hoje contamos com 50
278 metas, mas também compreende que são insuficientes. Informou que a atual gestão está
279 conhecendo a realidade para que nesses quatro anos possa intervir. Enfatiza que o Vista
280 Bela foi implantado sem a estrutura necessária. Maria Inês esclarece que também há
281 atendimento desse público em unidades da região norte B e escolas em período integral.
282 Houve pergunta direcionada ao Secretário de Saúde na área de saúde mental, questionando
283 sobre a perspectiva de implantação do serviço de Residência Terapêutica, no entanto este
284 não mais estava presente, tendo sido então abordada pela Secretária Nádia a pergunta sobre
285 o trabalho articulado que respondeu que é direção do Prefeito Marcelo Belinati a realização
286 de trabalhos integrados. Complementou dizendo que a intersetorialidade não vai ficar no
287 papel e as políticas irão caminhar juntas. Relatou que, na data de ontem, houve reunião do
288 Comitê Pop Rua em parceria com a saúde mental CAPS AD, para maior articulação entre as
289 políticas. No tocante à questão: Como garantir serviços para a área rural? Nadia informou
290 que na zona rural, temos o SCFV em Lerroville e Guaravera e que o CRAS Rural se desloca
291 para todos os distritos. Sabemos que o atendimento é insuficiente, porém o que se busca é
292 ampliar o alcance desse atendimento. Quanto ao questionamento relativo à garantia da
293 continuidade dos serviços que são executados exclusivamente pelas entidades, evitando que
294 estas continuem a reduzir metas de atendimento, inclusive fechando serviços como SCFV e
295 acolhimento, Nadia afirmou que nessa gestão não houve fechamento de nenhum serviço, e
296 sim na gestão passada, citando o exemplo do SCFV da entidade Boa Esperança e que existe
297 o compromisso desta administração em dar continuidade a todos os serviços já existentes.
298 Citou o Pão da Vida que estava enfrentando problemas administrativos quando iniciou esta
299 gestão. Respondendo à questão de como ter uma rede garantidora de direitos considerando
300 o déficit de funcionários, principalmente nos serviços públicos, sem a reposição de servidores
301 aposentados ou que pediram exoneração e, em contrapartida, o aumento da demanda por
302 atendimento, referiu que temos três unidades de CRAS que não estão municipalizadas e que
303 se pretende municipalizar nos próximos quatro anos, mas reconheceu que há deficiências
304 orçamentárias. Também mencionou que há falta de recursos humanos nos serviços, em
305 especial nas unidades de CRAS, mas que há discussões quanto a tais necessidades. Em
306 relação à questão sobre população em situação de rua, se há algum projeto de atendimento
307 para minimizar o sofrimento das pessoas advindas de outros municípios, Josiane respondeu
308 que, com relação ao CENTRO POP, no atendimento a pessoas advindas de outras cidades,
309 busca-se conhecer a realidade da pessoa e se procura fazer os encaminhamentos de acordo
310 com cada caso, não sendo a condução seu retorno impositivo à cidade de origem e nem seu
311 envio para outra cidade de forma aleatória. Nadia comentou que foi debatido sobre a
312 necessidade de uma política regional para o morador de rua junto com a Secretaria de
313 Estado. Josiane ainda referiu-se a outra questão afeta à Residência Inclusiva, sobre a
314 inexistência de serviço dessa modalidade para pessoas com deficiência e quais as
315 perspectivas para enfrentamento dessa questão de extrema urgência, informando que o
316 município conta com 29 vagas ofertadas por convênio como o Bom Samaritano, mas que não

Ata da III Audiência Pública do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

317 são suficientes. Quanto à zona rural, dada a complexidade, é um desafio o trabalho. Quanto
318 à perspectiva desta gestão para a implantação do Centro Dia, demanda já sinalizada
319 anteriormente, a Secretária Nádia diz que está sendo previsto no PPA, porém na SMI têm-se
320 discutido a necessidade de uma “Casa Dia”, atendimento ao idoso que não é caso para ILPIs
321 e que continuam nas suas casas e precisam desse cuidado durante o dia. Luciana, da
322 Secretaria do Idoso, informa que está incluída essa prioridade para aplicação de recursos
323 captados pelo Fundo do Idoso, pela destinação do Imposto de Renda. Informou que na
324 gestão passada, houve um aumento de 12 metas em ILPI, mas que não se alcançou as
325 metas previstas para 2017. Quanto à implantação do SCFV para idosos na região norte,
326 Luciana mencionou que está sendo construído, com recursos de destinação do Imposto de
327 Renda e que sua inauguração está prevista para o final deste ano. No tocante à dificuldade
328 de aumento de vagas em ILPIs, referiu que não tem havido essa possibilidade devido aos
329 efeitos da recessão econômica. Quanto à questão referente ao orçamento 2018, tendo em
330 vista o início desses debates e, considerando a discussão desta audiência, que é a rede de
331 serviços como garantidora de direitos e, nessa perspectiva, nenhum direito a menos, como
332 manter serviços qualificados, atender às filas de espera, reduzir o tempo de espera, a
333 secretária solicitou pronunciamento da diretora Gisele que esclareceu que o valor destinado à
334 assistência social em Londrina, da fonte livre, não é o esperado para a realidade atual,
335 inclusive em comparação ao previsto no Plano Plurianual, o qual se respaldou no Plano
336 Municipal de Assistência Social e relatórios das Conferências. Enfatizou a luta do CMAS
337 rumo ao alcance das metas que almejamos. Em relação à participação das demais esferas
338 de governo no financiamento, fez-se o questionamento de como garantir o fortalecimento do
339 SUAS em Londrina, considerando os atrasos de repasses do governo federal e que o
340 governo do Estado do Paraná ainda não participa do cofinanciamento de todos os serviços.
341 Gisele esclarece que, quanto ao atraso do repasse federal, de cerca de 5 milhões, há uma
342 medida judicial do Município para que o referido repasse seja regularizado. Já quanto ao
343 cofinanciamento estadual, lembra que, realmente não alcança todas as nossas
344 necessidades, referindo-se atualmente a apenas três serviços e não mantendo regularidade.
345 Foi questionado à administração pública quanto à sua meta para o atendimento a crianças e
346 adolescentes que moram em locais de alto risco, como o Novo Amparo, Jardim Felicidade,
347 Farid Libos, sendo atingidos pelas várias formas de violência urbana e intrafamiliar. Também
348 se questionou quanto às prioridades da SMAS para atendimento de crianças e adolescentes,
349 conforme apontado nas demandas do PPA acerca da necessidade de projetos nos territórios,
350 cursos de aprendizagem, parcerias com demais secretarias, como Cultura, Esporte e
351 Educação. Em relação a essas questões houve a abordagem pela Secretária Nádia de que
352 se buscará ampliar essas ofertas no município. Ainda foi apresentado questionamento sobre
353 a proposta da secretaria para atender à demanda crescente da população da Terra Indígena
354 do Apucarantina, com projetos, benefícios e atendimento qualificado, considerando que são
355 700 famílias – cerca de 2000 pessoas, e apenas um técnico para atender essa demanda.
356 Nádia referiu-se à existência de uma antropóloga para o atendimento indígena e à proposta

Ata da III Audiência Pública do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

357 de ampliação de equipe para esse atendimento. Em relação a uma última questão sobre a
358 abordagem social, em decorrência do aumento da população de rua e diminuição da equipe
359 específica para crianças e adolescentes, a secretária e a diretora Josiane informaram que há
360 um planejamento para ampliação do horário de atendimento, para até a uma hora da manhã
361 e também que foi recomposta a equipe específica de abordagem para crianças e
362 adolescentes. Como propostas foi apresentado o que segue: necessidade de residência
363 terapêutica, melhorar atendimento na saúde mental e implantar projetos e serviços para
364 atender dependência química que não somente o CAPS AD; divulgação dos serviços
365 presentes nas comunidades com atividades preventivas e espaços adequados; convocação
366 de aprovados em concurso para suprir o déficit, incluindo a municipalização dos CRAS;
367 construção de centros de convivência que considerem a preocupação com o dia-a-dia das
368 crianças, monitoramento de segurança na área, mais psicólogos e assistentes sociais para
369 prestar atendimento à famílias; proteção especial atuante e presente na área rural
370 promovendo ações de prevenção e proteção – serviços devem estar in loco servindo e
371 garantindo os direitos da comunidade; ampliação de espaços de acesso (deslocamento) dos
372 serviços de convivência e fortalecimento de vínculos na área rural; compromisso do MP em
373 acompanhar os processos relacionados ao orçamento, repasses e execução; garantir que as
374 deliberações do CMAS sejam, de fato realizadas; garantir na LDO a correção ao menos
375 inflacionária dos convênios e parcerias; que a comissão de seguridade da Câmara de
376 Vereadores acompanhe, de fato, a discussão do orçamento da SMAS; que a SMAS e a
377 gestão não meçam esforços para agilizar os processos administrativos; que haja agilidade
378 nos repasses – projetos; análise a partir da demanda reprimida para o reordenamento de
379 metas e ampliação conforme demanda para o atendimento das entidades; a correção de
380 benefícios conforme necessidade da população; serviço de qualificação e aprendizagem
381 profissional em período matutino na área rural; serviços in loco na zona rural para construir
382 vínculos com a comunidade atuando na proteção e principalmente na prevenção. Encerrado
383 o debate e, nada mais havendo a tratar, procedeu-se o encerramento da Audiência, às
384 16h00, que contou com a presença de 183 pessoas, conforme registrado em lista anexa,
385 realizando-se a leitura da presente ata, lavrada por Gisele de Cássia Tavares e Sandra
386 Regina Nishimura, com o apoio de Marilys Garani e Cirlene Maria Ferreira Fonseca.